



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DAS CÂMARAS
ESPECIALIZADAS DE AGRONOMIA**

CCEAGRO 2018

São Paulo-SP, 19, 20 E 21 de Setembro de 2018.

COORDENADORES:

Crea-AC – Armando Ferreira Cacela

Crea-AL – José Roberto Medeiros Silva

Crea-AM – Carlos Alberto Soares de Magalhães

Crea-AP – Tânia Brito do Nascimento

Crea-BA – José Fernandes de Melo Filho

Crea-CE – Niedja Goyanna Gomes Gonçalves

Crea-DF – Kleber Souza dos Santos

Crea-ES – Rosembergue Bragança

Crea-GO – Márcio de Jesus Guimarães Resende

Crea-MA – José de Jesus Nunes de Oliveira

Crea-MG – Gustavo Lopes da Silva

Crea-MS – Jorge Wilson Cortez

Crea-MT – Davi Martinotto

Crea-PA – Pedro Paulo da Costa Mota

Crea-PB – João Alberto Silveira de Souza

Crea-PE – José Carlos Pacheco dos Santos

Crea-PI – Edson Falcão Lima

Crea-PR – Almir Antonio Gnoatto

Crea-RJ – Ivan Pereira de Abreu

Crea-RN - Manoel Pereira Neto

Crea-RO – Vaneide Araújo de Sousa Rudnick

Crea-RR – Cinthia Medeiros Lima

Crea-RS – José Patrício Melo de Freitas

Crea-SC – Fernando César Bauer

Crea-SE – Pedro de Araújo Lessa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

- 31 **Crea-SP** – Fábio Olivieri de Nobile
- 32 **Crea-TO** – Cid Tacaoca Muraishi
- 33 **Conselheiro Federal** – Daniel Antônio Salati Marcondes
- 34 **Assessor Técnico do Confea:** Adilson José de Lara
- 35 **Assistente Técnico do Crea:** Regina da Cruz Dantas e Silva



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

36 **1. ABERTURA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE**
37 **CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE AGRONOMIA – CCEAGRO – EXERCÍCIO 2018 –**
38 **VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM.**

39
40 De acordo com as normas vigentes, o Coordenador Kleber Souza dos Santos procedeu à
41 verificação de quórum, tendo constatado quantidade suficiente de membros para a realização da
42 sessão.

43 A mesa de abertura do encontro foi composta pelo Coordenador Nacional da CCEAGRO,
44 Eng. Agr. Kleber Souza dos Santos (Crea-DF); o Chefe de Gabinete do Confea, Eng. Luiz
45 Antonio Rossafa; o Diretor Técnico do Crea-SP; Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez; o
46 Coordenador adjunto da CCEAGRO, Eng. Agr. Cid Tacaoca Muraishi; o Coordenador da Câmara
47 Especializada de Agronomia – CEA do Crea-SP, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile; o
48 Coordenador adjunto da CEA, Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela; o Presidente da Federação
49 Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil, Engenheiro de Pesca Elizeu Augusto de Brito; e o
50 Presidente do Crea-SE e Coordenador adjunto do Colégio de Presidentes, Eng. Agr. Arício
51 Resende Silva.

52 O Coordenador da CCEAGRO informou que: “Esta terceira reunião é uma continuidade
53 do trabalho que já vem sendo realizado, inclusive pelas gestões anteriores, e, nesse processo,
54 estamos dando destaque a algumas questões que pretendemos dar um encaminhamento muito
55 forte aqui em São Paulo” e ressaltou que os encontros anteriores aconteceram em fevereiro em
56 Brasília/DF e em maio em Salvador/BA.

57 Os principais destaques do encontro foram: a questão da qualidade do ensino e “a
58 competência do Conselho profissional para intervir nesse processo”; o projeto de fiscalização
59 nacional para as Câmaras de Agronomia, “respeitadas às singularidades de cada uma, há que se
60 trabalhar uma padronização, visando à eficiência, eficácia e efetividade das ações”; o projeto que
61 pretende mudar a Lei 7.802/89 sobre a questão de agrotóxicos; a apresentação e discussão do
62 projeto Expedição Safra, “que visa divulgar ainda mais as atividades profissionais de Agronomia
63 no campo”; georreferenciamento e competências profissionais; e livro de ordem, “que os Creas já
64 estão implantando, mas para a Agronomia precisa ser trabalhado/adequado dentro das
65 singularidades das atividades agronômicas”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

66 Participaram também da reunião o Conselheiro Federal Engenheiro Agrônomo Daniel
67 Salati, o Chefe de Gabinete do Confea Eng. Luiz Antonio Rossafa, a Engenheira Agrônoma
68 Luciana Mascarette Labinas, o Engenheiro de Pesca Elizeu Augusto de Brito, o Diretor Técnico
69 do Crea-SP Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Corte, o Jornalista Giovani Ferreira, o Engenheiro
70 Agrônomo Vasco Luiz Altafin, o Engenheiro Agrônomo Luiz Rodrigues Freire, o Engenheiro
71 Agrônomo Emílio Elias Mouchrek, Presidente do Crea-SE e Coordenador adjunto do Colégio de
72 Presidentes, Eng. Agr. Arício Resende Silva e o Presidente do Crea-SP, Engenheiro Vinicius
73 Marchese Marinelli.

74 O Coordenador saudou a todos os presentes agradecendo ao Crea-SP a estrutura e atenção
75 dispensada à CCEAGRO. Informou que as reuniões da CCEAGRO sempre destacam e agradece a
76 presença das entidades de classe e ao plenário do Confea que apoia as questões da CCEAGRO.

77 Agradecimento registrado aos Creas Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais que
78 viabilizaram a presença de palestrantes para a participação na reunião.

79

80 **2. APRESENTAÇÃO DA SÚMULA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

81 Apresentada a súmula da 2ª Reunião Ordinária.

82 Aprovada por unanimidade.

83

84 **3. INFORMES E DIÁLOGO SOBRE ENCAMINHAMENTOS DA** 85 **COORDENAÇÃO DA CCEAGRO.**

86

87 O Coordenador da CCEAGRO informou que sempre tenta manter a comunicação com os
88 coordenadores por email e pelo whatsApp. Sobre os Grupos de Trabalho do Conselho Federal, o
89 Coordenador informou que as CCEAGRO's anteriores encaminharam propostas dos GT's e o
90 Plenário o Confea deste ano aprovou dois grupos: um para tratar sobre Assistência Técnica e
91 Crédito Rural - ATER onde o Conselheiro João Bosco é o Coordenador, a CCEAGRO indicou
92 dois especialistas e seu representante e tem como um dos objetivos reunir-se com os órgãos
93 externos que influenciam na questão do manual do crédito rural. Outro GT é o Grupo de Trabalho
94 Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente – CSFI, com objetivo de elaborar, em parceria
95 com a ANVISA/MAPA/IBAMA, estudo e a aplicação de uma Instrução Normativa que estabeleça



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

96 as diretrizes e exigências para o registro dos agrotóxicos, seus componentes e afins para culturas
97 com suporte fitossanitário insuficiente, bem como o limite máximo de resíduos permitidos. Esse
98 grupo será composto também por dois Conselheiros Federais.

99 Informou ainda que a CCEAGRO do ano passado encaminhou um documento ao Confea
100 questionando sobre a legalidade das Câmaras de Engenharia Florestal. Esse documento ainda está
101 em trâmite no Confea. A Engenharia Florestal pretende sair do grupo agronomia e ir para o grupo
102 da Engenharia dentro do Conselho. Há um posicionamento da Comissão de Educação e
103 Atribuição Profissional do Confea que não é possível. No Plenário do Confea um conselheiro
104 pediu vistas e não há ainda posicionamento concreto do processo.

105 Comentou sobre os outros conselhos de profissionais; O Conselho Federal de Medicina
106 Veterinária que tem publicado resoluções que prejudicam profissionais do grupo agronomia; Que
107 a CCEAGRO precisa discutir o assunto para que seja padronizado o entendimento em todo o País.
108 O Conselho Federal de Biologia teve uma reunião com o Confea onde foram discutidos o manejo
109 florestal, inventário florestal e a recuperação de áreas degradadas. O objetivo da reunião foi ter um
110 acervo de decisões, padronização de resoluções de conselhos sobre assuntos específicos dos
111 profissionais da área. O Conselho dos Técnicos Agrícolas em dia 21 de setembro terá
112 independência, mas ainda não foi feita a eleição de diretoria e que eles estão pedindo apoio do
113 Confea para instalação do conselho regional.

114 O Coordenador da Ceagro RS, José Patrício acrescentou sobre o GT crédito rural, que foi
115 feita a análise jurídica para embasar a recomendação sobre a fiscalização além de entidades
116 envolvidas no crédito rural.

117 O Coordenador da CCEAGRO informou que a CCEAGRO foi escolhida pelas demais
118 Coordenadorias Nacionais para representar as nove coordenadorias de câmaras especializadas no
119 Comitê de Comunicação e Marketing do Confea e procura valorizar o trabalho das Câmaras,
120 integração com a Presidência e Plenária. Especificamente na agronomia começará mais uma
121 campanha na linha dos profissionais do grupo agronomia que veiculará em revistas de bordo de
122 companhias aéreas que fazem voos regionais, e serão fixados outdoors em cidades que tenham o
123 agronegócio bem desenvolvido. Que sugeriu mais dois trabalhos, um sobre aquicultura, pesca e
124 produção florestal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

125 Outro informe foi que Plenário do Confea aprovou um termo de cooperação com o MAPA,
126 diante desse termo de cooperação está previsto a realização do ENFISA e atividades conjuntas
127 com o Ministério da Agricultura.

128
129 **4. FISCALIZAÇÃO EM AGRONOMIA (ITEM 1 DO PLANO DE**
130 **TRABALHO)**

131 **4.1. Palestra: Projeto do Confea para a Fiscalização (Eng. Agrônomo Luiz Rossafa).**

132 Abordou o alinhamento conceitual e escopo da legislação profissional, os processos de
133 regularidade profissional, participação efetiva do profissional em obras e serviços, a regularidade
134 de obras e serviços e os elementos para atuação coordenada no Sistema Confea/Crea. Fez um
135 breve cronograma sobre os planejamentos estratégicos do Sistema Confea/Crea, as percepções dos
136 resultados alcançados e as causas de ineficiência e ineficácia do processo de Fiscalização do
137 Sistema. Mostrou como conferir efetividade aos resultados e apresentou duas propostas, uma
138 sobre projeto de fiscalização e outra sobre processo de negócio no Confea.

139 A apresentação está disponível no Google Drive:

140 (https://drive.google.com/drive/folders/13IhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

141 **4.1.1. Comentários:**

142 O coordenador da CEAGRO SE, Pedro de Araújo Lessa, comentou que percebe que a
143 fiscalização tem pouca atenção dentro do sistema, que o sistema deve priorizar a fiscalização do
144 exercício da profissão. Que existe um descaso com a fiscalização no sistema.

145 Luiz Rodrigues Freire parabeniza pela apresentação e questiona a autonomia da câmara,
146 que a fiscalização basicamente são das câmaras e que apela para que o mecanismo de esforço
147 profissional sejam reconhecidos e amparados pelo Confea.

148 José Adilson, assessor do Crea ES parabeniza o palestrante e indaga sobre o projeto de lei
149 que deu origem a Lei 5194/66, que criou o Conselho de Engenharia, que a Lei nasceu da
150 agronomia; Informa ainda que o sistema foi criado e somente após mais de 30 anos foi criado a
151 resolução sobre a fiscalização. O sistema tem um débito com a fiscalização. Que a assessoria
152 parlamentar é muito importante para o acompanhamento da legislação que rege o sistema Confea
153 Crea.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

154 O Palestrante respondeu que a fiscalização desafia e cria regras, mas que a atividade fim é
155 financiadora dos grandes projetos em defesa da sociedade e dos profissionais, mas deve se ter
156 gestão cuidadosa com os gastos, que entende que os Creas só existem por causa da fiscalização.
157 Que deve se ter um plano de ação do para se obter um resultado eficiente. Que em o Congresso
158 Nacional de Profissionais-CNP estão fazendo um plano estratégico cuidadoso para organizar as
159 políticas públicas dos planos de fiscalização aos regionais. Que o Confea fez um acervo
160 interessante sobre a história do Conselho. Sobre os recursos humanos, há a possibilidade de
161 terceirização, mas deve-se ter muito cuidado e que a inteligência artificial tem que ser prioridade
162 no Conselho.

163 O Conselheiro Federal Daniel Salati informou que fiscalização é de responsabilidade das
164 Câmaras, que o Crea SP chamou o chefe de fiscalização na Câmara de Agronomia e apresentaram
165 a metodologia de como fiscalizar a área de agronomia, após um trimestre o chamou novamente e
166 pediu o relatório pós fiscalização para a Ceagro analisar e aprimorar o planejamento para dar uma
167 resposta à sociedade sobre a fiscalização. Que se as Câmaras não determinar o que querem sobre a
168 fiscalização não chegarão ao objetivo.

169 Almir Antonio, Coordenador da CEAgro PR, informou que em relação aos agrotóxicos, o
170 CREA PR tinha um relatório de profissionais que receitavam e que constavam nesse relatório de
171 alguns profissionais então os Promotores de Justiça o Estado do Paraná questionaram a Ceagro
172 para que a câmara indicasse os parâmetros para a emissão de quantidade mínima de receitas que
173 podem ser emitidas. A Ceagro PR informou que depende de clima e vários outros aspectos, a
174 promotora não aceitou a resposta e exigiu que fossem apresentados parâmetros. Então a Ceagro
175 PR em pesquisa aos profissionais que emitem o receituário percebeu um certo “corporativismo”,
176 mas que definiram os parâmetros e apresentaram à Promotoria.

177 Jose Patrício, Coordenador Ceagro RS, informou que se deve ter cuidado para que os
178 clientes não achem que o conselho é um órgão arrecadador, que na verdade o sistema tem o
179 objetivo fiscalizatório e educador, então os profissionais envolvidos devem se dedicar ao objetivo
180 fim para se ter o bom resultado do trabalho.

181 José Adilson, Assessor da Ceagro ES, disse que se preocupa com a notificação prévia, que
182 foi adotado no Espírito Santo e que o Plenário do Confea tem grande negativa quanto a Resolução



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

183 1008/2004. Que deve se fazer a sensibilização da interpretação da lei para a atuação da
184 fiscalização corretamente.

185 O palestrante comentou que o Ministério Público quer algo muito simples, que o Conselho
186 indique o responsável técnico que realmente responda pelo receituário emitido. A quantidade de
187 receitas a serem emitidas por profissional não importa tanto, pois a responsabilidade deve ser total
188 pela receita emitida. Que o Conselho deve fiscalizar a qualidade dessa receita, para que haja
189 segurança no receituário. Que tem que haver parceria entre o Conselho e o Ministério Público bem
190 como as secretarias de meio ambiente priorizando o trabalhador, para evitar danos a vida desses
191 trabalhadores.

192 O Conselheiro Federal Daniel Salati informou que com o avanço da tecnologia, os drones
193 são importantes na aplicação dos defensivos agrícolas, então tem que orientar essa nova geração
194 de profissionais e informar a importância do receituário agrônomo, esse trabalho tem que ser
195 feito; Que a lei do agrotóxico está presente e coloca o engenheiro agrônomo e outros profissionais
196 dentro dessa situação; Que o Crea SP tende a ir em todas as escolas informar sobre o uso de
197 defensivos agrícola; Que o Crea GO tem feito um importante trabalho nesse sentido; Que não se
198 pode perder a oportunidade de informar isso aos novos engenheiros; Que o uso de drones tirarão
199 muitos empregos de trabalhadores rurais mas que a realidade é essa e que devemos nos adequar a
200 ela.

201 **5. ASSUNTOS EMERGENCIAIS (ITEM 7 DO PLANO DE TRABALHO)**

202 **5.1. PAINEL 1: Legislação de Agrotóxicos: Palestrante Eng. Agrônoma Adriana** 203 **Mascarete Labinas**

204 A palestrante, professora das Faculdades Integradas Cantareira e da Universidade de
205 Taubaté na disciplina de Entomologia Agrícola, que atua principalmente em controle de pragas,
206 manejo integrado de pragas e biologia e comportamento de insetos, aponta como solução para um
207 procedimento correto a utilização de produtos adequados (com direcionamento ao alvo); a
208 aplicação considerando a suscetibilidade da praga, a fase biológica e o comportamento do inseto;
209 e, no quesito segurança, a utilização de equipamento de proteção individual, com medidas de
210 proteção do ambiente. Em sua apresentação abordou a legislação de agrotóxicos informando as
211 vantagens do método de controle químico, as limitações desse controle e solução bem como, o
212 produto adequado à aplicação e a segurança exemplificando equipamento de proteção individual e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

213 medidas de proteção do ambiente. Comentou sobre a legislação de agrotóxicos, especificamente a
214 Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989, o Decreto nº 4.074 de 4 de janeiro de 2002 e o Decreto
215 Estadual nº 44.038 de 16 de junho de 1999, a Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho
216 de 2014 – CSFI (Minor Crops ou Minor Uses), a Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 07 de
217 fevereiro de 2018. Informou sobre os métodos adotados em campo para o controle do agrotóxico
218 na agricultura – a Redução Populacional de Pragas e o Controle Químico, alertando os
219 conselheiros da área para as vantagens e limitações do segundo método. De acordo com sua
220 apresentação, o controle químico é a única medida prática para o controle de populações de
221 insetos que se aproximam do nível de nível de dano econômico. Tem rápida ação curativa na
222 prevenção do dano econômico; oferece uma vasta gama de propriedades, usos e métodos de
223 aplicação para as diferentes condições de ocorrência de pragas; o custo de utilização é
224 relativamente baixo e apresenta retorno econômico; além de possibilitar ao agricultor uma ação
225 isolada ou unilateral.

226 A apresentação está disponível no Google Drive:

227 (https://drive.google.com/drive/folders/13IhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

228 5.1.1. Comentários:

229 O Coordenador da CCEAGRO informou que o tema agrotóxicos é muito importante e que
230 há vários projetos para a alteração da Lei. Que os vários profissionais atuam na área de
231 agrotóxicos, mas que há várias partes de profissionais que não são da área. Que a agronomia tem
232 grandes atribuições para tratar o assunto por isso a CCEAGRO desde 2015 vem trabalhando o
233 assunto. Que a CCEAGRO, pelo senso de responsabilidade trabalha de forma aberta para
234 aprimorar o uso de agrotóxicos.

235 Rosenberg Bragança, Ceagro ES, questionou à palestrante sobre a prescrição do
236 receituário agrônomo pelo técnico agrícola, que a mídia questiona os profissionais da
237 agronomia, então foi criado no plenário do Espírito Santo o GT dos agrotóxicos, onde entram
238 profissionais da pesquisa/academia e da área ambiental, para que se possa dar uma resposta à
239 sociedade sobre a emissão desses receituários. Que tem que se fazer um trabalho no sentido de
240 indicar à mídia o que se deve ser publicado para a sociedade.

241 José Carlos Pacheco, CEAgro PE, que a receita de agrotóxicos por pessoas não habilitadas
242 é um grande perigo para a sociedade. Que tem preocupação na parte de ensino, que no Crea PE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

243 discute-se a diferença de matrizes curriculares e pergunta que se um aluno que se forma em
244 agronomia tem a atribuição para a emissão do receituário agrônômico. Questionou a possibilidade
245 em pensar na criação de um curso de especialização para o profissional que queira trabalhar na
246 área dos agrotóxicos.

247 Engenheiro de Pesca Elizeu Augusto de Brito, falou que a engenharia de pesca também faz
248 o uso de agrotóxicos para a preparação dos trabalhos, e que os profissionais que receitam os
249 agrotóxicos têm que está habilitado para o serviço pois o impacto na produção das pesca
250 influencia fortemente a produção.

251 Niedja Gonçalves, Ceagro CE, informou que a fiscalização do uso de agrotóxicos tem que
252 ser muito efetiva, monitorar a área para o uso e controle de agrotóxicos. Que o engenheiro
253 agrônomo tem que ter o conhecimento básico para emitir a receita, pois acontece dos profissionais
254 deixarem as receitas prontas para as revendas, então o objetivo principal deve ser a fiscalização e
255 acompanhamento de como essa receita foi emitida para garantir a eficiência e a saúde da
256 população. Então, o sistema tem o compromisso muito grande de fiscalizar.

257 João Alberto, Ceagro PB, comenta sobre os prazos. Informa que gira em torno de até dez
258 anos para a liberação de uma nova molécula, na proposta da PL no artigo 3º § 1º que um produto
259 novo formulado deve ser liberado até vinte e quatro meses, nas há produtos diversos com diversos
260 prazos. Questiona se o prazo de dois anos é correto e seguro para liberação de uma nova molécula.
261 Que o Estado está perdendo força na fiscalização.

262 José Patrício, Ceagro RS, observa que há uma deficiência muito grande na fiscalização dos
263 agrotóxicos em todo o País, que é um tema de muita relevância para a sociedade. Que observa que
264 os agrônomos são vilões na fiscalização de agrotóxicos. Que os biólogos estão tomando conta da
265 seara, que a sociedade está vendo os biólogos como “mocinhos” e os agrônomos como
266 “bandidos”.

267 Manoel Pereira, Ceagro RN, que o tema foi fruto de um GT liderado por Cleberson
268 Zavaski e que passou de toda a legislação e que é inegável que a profissão que “deveria” dominar
269 o tema é a agronomia. Que o MEC devido a grande quantidade de cursos abriu o leque e que isso
270 precisa ser revisto, pois coloca em dúvida a atribuição do profissional da agronomia. Não cabe ao
271 conselho fiscalizar a grade curricular dos cursos, pois se subentende que o agrônomo deve vir do
272 curso completo. Que se conselheiros na câmara têm dúvidas da atribuição do profissional para a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

273 emissão do receituário, imagina a sociedade. Que a maneira de fiscalização também deve ser
274 revista.

275 A Palestrante diz que o controle químico é a única medida prática para o controle de
276 populações de insetos que se aproximam do nível de dano econômico. Tem rápida ação curativa
277 na prevenção do dano econômico; oferece uma vasta gama de propriedades, usos e métodos de
278 aplicação para as diferentes condições de ocorrência de pragas; o custo de utilização é
279 relativamente baixo e apresenta retorno econômico; além de possibilitar ao agricultor uma ação
280 isolada ou unilateral. Em termos de desvantagens, o Controle Químico não impede o surgimento
281 de resistência em populações-praga, nem de pragas secundárias, e causam efeitos adversos sobre
282 espécies não alvo, além dos problemas de resíduos, riscos diretos e de consistir em solução
283 temporária.

284 Na opinião da engenheira agrônoma Prof^a Adriana Mascarete Labinas, é hora de o
285 engenheiro agrônomo mostrar que é a peça chave nesse processo de adequação da lei.
286 “Precisamos entender que esse PL é apenas uma parte dentro do universo do controle de
287 defensivos agrícolas. Começando a intervir nesse item, dentro de uma instituição forte como o
288 Crea-SP, podemos um dia conquistar a excelência no manejo integral” – conclui Adriana.

289 O coordenador da CCEAGRO, Kleber Santos, comentou que é intrínseco à formação do
290 engenheiro agrônomo a emissão de receituário agrônomico e alguns estados tem o fórum de
291 agrotóxicos onde o Ministério Público está presente, mas que há muitas controvérsias dentro do
292 fórum, um deles é a autorização da emissão de receituário pelo técnico agrícola.

293 Cid Tacaoca, Ceagro TO e Coordenador Adjunto CCEAGRO comentou a situação dos
294 “canetinhas”, que o CEAGRO TO está tentando diminuir. Que o engenheiro terá um trabalho maior
295 para emissão. Sobre a contaminação por agrotóxicos, uma grande problemática são os
296 revendedores, que o que se aprende na academia não é feito na prática e que a questão das
297 matrizes curriculares, a cada dia mais se abre cursos, que se preocupa com a profissão e que a
298 cada três anos as instituições deveriam se recadastrar nos Crea’s devido às mudanças nas ementas
299 dos cursos e que a câmara deveria aprovar essas ementas.

300 Rosembergue Bragança, Ceagro ES, disse que no 6º Fórum de Agrotóxico, o Crea ES foi
301 convidado para todas as reuniões e percebeu que várias pessoas queriam denegrir a imagem dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

302 agrônomos. No Crea ES criou o GT de Agrotóxicos, em que nele participa também um engenheiro
303 ambiental e que esse GT é que dará a resposta à sociedade capixaba.

304 O Assessor José Adilson, Ceagro ES informou que participa do fórum e que participam
305 mais de 100 pessoas onde 90 são de outras áreas e somente 10 são agrônomos. Que ficou muito
306 chateado porque no cartaz da audiência pública, apareceu “PL dos venenos” que um próprio
307 engenheiro agrônomo afirmou que o PL deveria ser chamado assim. Que luta pelo aprimoramento
308 do PL.

309 Davi Martinotto, Ceagro MT afirmou que se deve implantar a resolução sobre o uso dos
310 agrotóxicos conforme a legislação. Que a CCEAGRO deveria fazer uma extraordinária exclusiva
311 para tratar a implantação da resolução dos agrotóxicos.

312 Kleber Santos, Ceagro DF e Coordenador da CCEAGRO disse que as mudanças de
313 legislação deixa claro a responsabilidade para a emissão dos receituários.

314 Fernando Bauer, Ceagro SC afirma que é preciso aceitar que os agrônomos são os
315 responsáveis pela emissão do receituário. Que a postura dos profissionais no uso dos produtos tem
316 que se adequar as modernidades dos drones, mas que tem que ter a avaliação presencial. Que a
317 aplicação do produto é dever do agrônomo. Quem vai aplicar tem obrigatoriamente de ser
318 treinado. Então o assunto dos agrotóxicos é mais complexo do que se pensa. Tem que ir para parte
319 prática, o aplicador deve ser fiscalizado.

320 João Alberto, Ceagro PB, demonstra a preocupação em relação ao agronegócio, onde se
321 imagina que existam profissionais habilitados e tecnologia para a aplicação. Na Paraíba na maioria
322 dos casos os agricultores familiares são diferentes. A preocupação é que na fiscalização, percebe-
323 se que os agricultores não tem interesse em trabalhar com receituário e preferem trabalhar com a
324 experiência de vários anos, por outro lado há os comerciantes que vendem com receituários
325 preestabelecidos e que não tem a preocupação com o uso indiscriminado, a preocupação é apenas
326 atender aos órgãos fiscalizadores.

327 Kleber Santos informou que a CCEAGRO se reuniu quatro vezes anualmente e tem a
328 atribuição de fazer recomendações às Ceagro's regionais. Que nas reuniões são abordados todos
329 os assuntos de relevância para a área agrônômica. Que não há como abordar um ponto específico,
330 pois todos os assuntos são de relevância. Que os grupos de trabalhos da CCEAGRO são os
331 responsáveis por trabalhar individualmente os assuntos para que nas reuniões sejam expostos e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

332 debatidos. Que a CCEAGRO através do Google Drive publica todas as ações e fez um apanhado
333 documental de 2009 até hoje.

334 **6. COMUNICAÇÃO NA AGRONOMIA (ITEM 6 DO PLANO DE TRABALHO)**

335 **6.1. Projeto Expedição Safra - Palestrante: Jornalista Giovani Ferreira (Jornal** 336 **Gazeta do Povo do Estado do Paraná)**

337 Conforme publicado no Portal Crea-SP, o “Gerente de Agronegócios do Grupo Paranaense
338 de Comunicação falou sobre a parceria que está sendo iniciada com o Confea e a possibilidade de
339 ampliar a participação dos Regionais nesse trabalho, cujo escopo principal é discutir as variáveis
340 que impactam o agronegócio, como políticas agrícolas, tecnologia, mercado, clima e logística. “O
341 Sistema Confea/Crea tem capilaridade e audiência para discutir esses assuntos”, disse Ferreira,
342 informando que o trabalho de pesquisa será iniciado em breve, logo após o evento de lançamento,
343 marcado para 10 de outubro em Brasília/DF. “Serão sete grandes eventos entre outubro e abril,
344 então estamos propondo sediar eventos regionais nos Creas e construir roteiros de atuação junto às
345 respectivas Câmaras de Agronomia”, destacou. O projeto integra o Plano de Comunicação do
346 Confea para o período 2018-2020, cujo objetivo é ampliar a divulgação das profissões do Sistema
347 para a sociedade, enfatizando a importância, as atribuições e a responsabilidade dos profissionais
348 da área tecnológica. Segundo Ferreira, a Expedição Safra é um ambiente de informação e
349 discussão, com ampla utilização de ferramentas digitais para distribuição desse conteúdo. Existe
350 há 12 anos em 16 Estados já percorreram mais de 700 mil Km e realizou mais de 100 eventos
351 regionais, com a missão de “antecipar informações, apontar tendências do setor, fazer diagnósticos
352 e auxiliar na tomada de decisões”. Para a divulgação desse trabalho, o grupo aposta no ambiente
353 digital, pois, segundo o palestrante, dos 600 mil visitantes únicos registrados pelo portal que inclui
354 o projeto Expedição Safra, 80% dos acessos se dá via mobile. “O mundo hoje está no telefone
355 celular”, afirmou.”

356 A apresentação está disponível no Google Drive:

357 (https://drive.google.com/drive/folders/13IhQHNyqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

358 **6.1.1. Comentários:**

359 Pedro Lessa, Ceagro SE, informa que em seu Estado participou de uma reunião que foi
360 convidado como membro da Câmara de Agronomia de Sergipe, para troca de informações sobre
361 agronomia. Que deve ter cuidado com as informações dispensadas à sociedade, pois nessa reunião



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

362 o assunto do agronegócio foi abordado de maneira equivocada: que o alimento é um negócio, que
363 os agrônomos não estão se preocupando com os alimentos. Então devemos ter muito cuidado com
364 as informações que são veiculadas nas mídias, para que não saiam notícias como esta que
365 presenciou no Estado de Sergipe.

366 Márcio de Jesus, Ceagro GO, falou que acha muito importante o programa de solos. O
367 levantamento de solos no Brasil, que tem agricultura no País inteiro e sente que está fadado a
368 desaparecer. Que a agricultura necessita de uma precisão de estudos para que se faça uma
369 agricultura correta. Que existe o programa de ferrovias no Brasil, que deveriam ser criadas
370 ferrovias para o transporte da agricultura no Brasil. Que dentro do estado do Goiás parte da
371 ferrovia não está pronta e isso encarece a produção, os insumos e que deixa o Brasil de exportar.

372 Almir Gnoatto, Ceagro PR, uma preocupação importante é a sustentabilidade, a
373 preservação dos recursos e a segurança alimentar. Essas são interfaces importantes para a
374 sociedade urbana, pois estamos produzindo e utilizando as tecnologias e ao mesmo tempo colocar
375 nessa centralidade o profissional da agronomia.

376 O palestrante disse que o Confea tem um grupo de comunicação atuante, que se preocupa
377 com o agronegócio e que estão à disposição da CCEAGRO e todas as Ceagros para divulgação e a
378 questão de representação. Que temos que criar ambientes e trazer o governo e o sendo para dentro
379 desses ambientes e solicitar audiências ou trazer os parlamentares para dentro das reuniões. Que
380 precisamos do Estado porque é o órgão regulador, então com paciência traremos os parlamentares
381 para o ambiente do Crea e do Confea, os fazendo assumirem compromissos com o Sistema. Que
382 quando se fala de tecnologia é importante ter cuidado e interagir o pequeno e grande produtor nas
383 novas tecnologias, que o pequeno produtor deve ter acesso à tecnologia e temos que levar a
384 informação ao pequeno produtor pois ele precisa avançar e se atualizar, que tem um cuidado em
385 agricultura familiar para que ele interaja porque todos eles no final serão os produtores e deverão
386 está inserido no mercado tanto quanto o grande produtor.

7. QUALIDADE NO ENSINO (ITEM 2 DO PLANO DE TRABALHO)

7.1. PAINEL 2: EaD na Agronomia: Mito ou desafio?

389 O Conselheiro Daniel Salatti iniciou o assunto dizendo que a agronomia tem um leque
390 muito extenso de atribuições e que os Creas devem analisar os históricos escolares e guiado pela
391 legislação definir as atribuições dos profissionais. Que o importante é ter contato com as



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

392 instituições de ensino para adequar a ementa do curso para que as atribuições sejam plenas. Para o
393 Conselheiro Federal, os Creas devem se aproximar dos coordenadores de cursos das
394 universidades. “Existe um leque de atribuições que a escola deve oferecer ao formando. Mas, se
395 não estiver no histórico escolar, o formando não vai ter atribuições e não vai poder trabalhar. Nós
396 devemos ter essa preocupação, dar essa oportunidade para quem se forma”, disse.

397 **7.2. Palestrante Eng. Agrônomo Vasco Luiz Altafin**

398 O Engenheiro fez uma explanação sobre os cursos de agronomia à distância no Brasil.
399 Explicou que não há mais como modificar essa situação, que o ideal é adequar os cursos para a
400 formação de profissionais capacitados para trabalhar como engenheiros agrônomos. O palestrante
401 relatou sua experiência como Coordenador do curso de agronomia e professor da Unipinhal há
402 vinte e três anos. A universidade forma engenheiros agrônomos há cinquenta anos. Segundo o
403 palestrante, “Não há possibilidade alguma de revertermos esse quadro: o EaD só vai aumentar”, e
404 alertou que os formandos chegam do ensino médio cada vez menos preparados.

405 Informou sobre a matriz curricular do curso de agronomia noturno onde a organização
406 pedagógica do curso possui aulas práticas que são oferecidas aos sábados e que alguns viveiros
407 foram adaptados ao ambiente noturno com a adequação da luminosidade feita através de lâmpada
408 colocadas em locais estratégicos; Que o “curso noturno possui uma porcentagem de aulas EaD
409 que são consideradas extensões da sala de aula e possibilitam o desenvolvimento do ensino
410 híbrido, que mescla o ensino presencial e as atividades à distância, conectando professores e os
411 alunos entre si, numa rede cada vez mais viva e participativa.” E que o ensino à distância em
412 agronomia possibilita sim que haja profissionais com boa qualificação para o mercado de trabalho.

413 A apresentação está disponível no Google Drive:

414 (https://drive.google.com/drive/folders/13IhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

415 **7.3. Palestrante Eng. Agrônomo Fernando César Bauer**

416 O palestrante apresentou através de slides sobre a Educação à Distância na Agronomia.
417 Abordou a situação da educação no Brasil, algumas informações sobre legislação, oferta de vagas
418 para a agronomia, avaliação da educação presencial e EaD, questões relativas às aulas práticas no
419 EaD, cursos de agronomia EaD e noturnos e o futuro da profissão de Engenheiro Agrônomo. E
420 finalizou propondo a fiscalização dos Creas sobre os cursos, inclusive sobre os polos dos EAD, a
421 exigência de que os cursos mantenham todas as informações disponíveis em seu site; a avaliação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

422 individual do projeto pedagógico, a determinação de conteúdos e CH mínimos para delegação de
423 atribuições; a determinação de conteúdos e CH a serem oferecidos exclusivamente presencial, a
424 maior participação do Confea no CNE e a criação de sistema de premiação para bons cursos e
425 retomada discussão sobre exame de proficiência.

426 A apresentação está disponível no Google Drive:

427 (https://drive.google.com/drive/folders/13IhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

428 **7.1.1. Comentários:**

429 Daniel Salati, Conselheiro Federal, informou que as atribuições são dadas com base no
430 histórico escolar. Que o formando deve ter a oportunidade de cursar o grande leque de matérias
431 oferecidas pelas faculdades. Que o Crea deve conversar com os coordenadores de cursos para
432 orientar sobre o grande leque de atribuições que o formando pode ter, que o histórico escolar deve
433 conter que a matéria foi estudada para que o profissional possa ter a atribuição. Sobre ensino à
434 distância, informou que quem manda no MEC hoje são as universidades, e devido a isso as
435 universidades têm o interesse no ensino à distância e por isso o MEC autorizou esse ensino. E o
436 que o Conselho deve exigir é um ensino de qualidade.

437 Kleber Santos, Coordenador da CCEAGRO, disse que a ideia da coordenação das câmaras
438 de agronomia é justamente buscar cada vez mais luz e esclarecimento para que as câmaras
439 enquanto conselho profissional possa atuar. A referência é qualidade de ensino que está no plano
440 de trabalho da CCEAGR, como o conselho pode trabalhar a qualidade de ensino dentro da
441 competência das câmaras.

442 Manoel Pereira, CEAgro RN, a questão principal é a qualidade do profissional da
443 agronomia que não está indo a campo. Que o Conselho é o órgão que dá atribuição e fiscaliza a
444 profissão nas não podem opinar na formação desses profissionais. O Ead é para aqueles que não
445 têm tempo de estudar durante o dia. Então, esse profissional que está sendo formado à distância e
446 à noite fica o questionamento se eles estão realmente habilitados para exercer a profissão, mesmo
447 tendo tão poucas, ou não tendo aulas práticas.

448 Glauco Cortes, Diretor do Crea SP, disse que Ead é uma realidade que não vai retroceder.
449 Que vários tipos de curso de agronomia foram criados e nem por isso a agronomia acabou. Que o
450 Ead não acabará com a agronomia, que a agronomia tem que se atualizar às características da
451 atualidade e fazer com que a agronomia se modernize.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

452 Engenheiro Vasco Altafin, informa que está a vinte e três na academia como docente e tem
453 alunos que estudam só à noite e que estudam mais do que os que estudam em tempo integral,
454 então isso é muito relativo, não é por ser ensino à distância que esse ensino seja de má qualidade,
455 existem profissionais tão qualificados quanto os que fazem o curso presencial.

456 Fernando Bauer, CEAgro SC, a discussão não é brigar com EaD. O posicionamento é a
457 qualidade do ensino, e nisso o Sistema pode interferir. A missão do Crea é fiscalizar e saber se o
458 profissional está atuando de forma correta. Se a lei está errada o Sistema tem que lutar para mudar
459 a lei.

460 Manoel Neto, CEAgro RN, a discussão aqui é o ensino à distância e não as tecnologias
461 utilizadas para a formação das profissões. As tecnologias são muito bem vindas ao aprimoramento
462 dos cursos e para a profissão.

463 Cid Tacaoca, CEAgro TO, disse que a discussão e preocupação é realmente com a atuação
464 do profissional no mercado depois de sua formação, punir com seriedade aquele profissional que
465 não atuou corretamente na profissão.

466 Rosebergue Bragança, CEAgro ES, o único público que talvez possa mudar, frear a
467 educação à distância na área tecnológica são as universidades públicas federais os institutos
468 federais e estaduais. O Crea deveria sentar com esses professores, gestores e diretores para
469 preparar um documento para o MEC com o intuito de mudar essa realidade.

470 Niedja Gonçalves, CEAgro CE, preocupa-se com o compromisso com a preparação dos
471 profissionais que estudam à distância, pois presenciou provas feitas em grupos, onde alguns
472 alunos respondiam questões e outros somente assinavam e todos recebiam a mesma nota.

473 Davi Martinotto, CEAgro MT, que se deve valorizar a profissão do agrônomo, que tem que
474 se trabalhar nessa linha, que o problema hoje é dar a titulação para profissionais que não estão
475 realmente habilitados. Que o Crea deve usar o direito de limitar os profissionais ou até mesmo
476 modificar o título. Aqueles que não estudaram as disciplinas que dão direito ao título de
477 engenheiro devem sair com o título de graduado em agronomia e não terá o título de engenheiro.
478 Assim as faculdades se obrigarão a oferecer a disciplina para que o profissional saia com o título
479 de engenheiro e não de graduado em agronomia. Essa é a solução para esse problema. É o que o
480 sistema tem que fazer.

481



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

8. QUALIDADE NO ENSINO (ITEM 2 DO PLANO DE TRABALHO)

8.1. PAINEL 3: Qualidade do Ensino e atribuições profissionais.

8.1.1. Palestrante Eng. Agrônomo Luiz Rodrigues Freire

O palestrante apresentou a “Qualidade do Ensino e Atribuições Profissionais do Engenheiro Agrônomo”. Em seus slides especificou que a instituição de ensino deve apresentar a qualificação do conhecimento técnico-científico para que o diploma seja avaliado e concedido o registro profissional ao profissional da engenharia agrônômica. Que cabe às associações de classe o fortalecimento da classe, bem como o sindicato a defesa dos interesses profissionais e aos Creas a fiscalização do exercício profissional. Sobre a regulamentação do ensino e da profissão citou a legislação pertinente e propôs dentre outros, o exame criterioso e atualizado das grades curriculares e projeto pedagógico para a concessão de atribuições profissionais e não conceder registro aos egressos de cursos EaD, em caso de impossibilidade de manter essa decisão, dar atribuições restritas.

A apresentação está disponível no Google Drive:

https://drive.google.com/drive/folders/13IhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S

8.1.2. Palestrante Eng. Agrônomo Emilio Elias Mouchrek Filho

O palestrante iniciou sua apresentação informando a sua preocupação com a formação dos engenheiros agrônomos, em especial os engenheiros formados no Estado de Minas Gerais. Que diante dessa preocupação formou-se o Programa Circuito Agrônômico que se preocupa com a formação e Atribuições do Engenheiro Agrônomo (Marco Regulatório do Engenheiro Agrônomo – Decreto nº 23.196/33) e sua aplicabilidade em várias oportunidades de trabalho. Em sua apresentação abordou as diretrizes curriculares nacionais do MEC e a somatória de cargas horárias por eixos temáticos. Apresentou o modelo de estrutura curricular para a Engenharia Agrônômica e afirmou que “*é o mercado de trabalho que se baseia em eficácia, que é fazer bem feito e que se relacionam diretamente com a qualidade da formação profissional e com a ética.*” E finalizou sua apresentação informando que “*O desconhecimento da realidade muitas vezes conduz ao sombreamento das atividades profissionais e geram desnecessários atritos, fatos com certa frequência no Sistema CONFEA/CREA/MÚTUA/ENTIDADES.*”

A apresentação está disponível no Google Drive:

https://drive.google.com/drive/folders/13IhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

8.2. Comentários:

Pedro Lessa, CEAgro SE, as entidades de classe devem ter envolvimento com Sistema para trabalharem sobre as atribuições; Que o País deveria ter um currículo comum para todos os engenheiros agrônomos.

José Patrício, CEAgro RS, existe hoje um caos educacional, deve-se tentar reverter e rever a interação seja sindical, ou através das entidades de classe e até do Sistema Confea Crea e o sistema exigir a qualidade do ensino para saber qual o profissional que irá para o mercado de trabalho.

Emílio Mouchrek, palestrante, a CCEAGRO indicou que as atribuições fossem dadas de acordo com o Decreto 23.196/33 e isso efetivamente está sendo executado. Então é interessante que essa casa discuta sim as atribuições dos profissionais e cabem às câmaras a análise do histórico escolar e as atribuições dadas aos profissionais.

Luiz Freire, palestrante, propõe que a CONFAEAB e todas as entidades do grupo agronomia façam uma avaliação e revisão dos históricos para concessão das atribuições profissionais. A formação do engenheiro agrônomo tem que ser suficientemente plena para atender a todas as demandas da área agrônômica. Cada regional deve fazer a sua pesquisa e traga para um órgão maior para a análise das demandas.

Edson Falcão, CEAgro PI, preocupa-se extensão de atribuição para georreferenciamento de imóveis rurais. O técnico agrícola pode fazer medição rural, mas não pode fazer medição urbana. Há grande necessidade em discutir o assunto.

Daniel Salati, Conselheiro Federal, seu posicionamento é de que Sistema Confea Crea não deve ser atrelado com os sindicatos. O Sistema é uma autarquia federal que podem colaborar com as associações indo ao MEC para discussão sobre as atribuições e os currículos dos cursos. O objetivo do Sistema segundo a Lei nº 5.194/66 é dar atribuições profissionais, defender a sociedade para fiscalizar as atividades profissionais. Que o sistema tem que brigar pela qualidade do ensino.

8.1.3. Palestrante Eng. De Pesca José Carlos Pacheco dos Santos

O palestrante definiu a engenharia de pesca como uma “habilitação que integra a área das ciências agrárias, na subárea de recursos pesqueiros e qualifica, em nível superior, o profissional para a intervenção técnico-científica em aquicultura, pesca e tecnologia do pescado, além de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

542 atividades de pesquisa, ensino e extensão, em biotecnologia e demais serviços voltados à
543 aquicultura e pesca, buscando o desenvolvimento do setor pesqueiro do Brasil.” Comentou sobre a
544 história da engenharia de pesca, a produção pesqueira brasileira, os cursos por regiões, o mercado
545 de trabalho e deixou claro que “as atribuições dos profissionais são concedidas mediante análise
546 curricular, levando-se em consideração apenas as disciplinas efetivamente cursadas pelo
547 profissional do Sistema, conforme critérios estabelecidos em normativos específicos para cada
548 caso”. Pacheco citou a Resolução nº 218 do Confea, para abordar as atribuições do engenheiro, e
549 especificamente a Resolução nº 279 do Confea, para lembrar à audiência as atribuições do
550 profissional de sua modalidade. Segundo a 279, “compete ao Engenheiro de Pesca o desempenho
551 referente ao aproveitamento dos recursos naturais aquícolas, a cultura e utilização da riqueza
552 biológica dos mares, ambientes estuarinos, lagos e cursos d'água; a pesca e o beneficiamento do
553 pescado, seus serviços afins e correlatos”. A mesma Resolução diz que “os Engenheiros de Pesca
554 integrarão o grupo ou categoria da Agronomia”.

555 A apresentação está disponível no Google Drive:

556 (https://drive.google.com/drive/folders/13lhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

557 **8.1.4. Palestrante Meteorologista Ivan Pereira de Abreu**

558 O palestrante apresentou o que é o curso de meteorologia e o que o aluno irá aprender.
559 Falou sobre os fenômenos atmosféricos impactantes na sociedade e como observar e monitorar a
560 atmosfera; Que o estágio curricular é uma atividade obrigatória no curso passando por três etapas,
561 a obtenção e tratamento de dados em meteorologia, a previsão de tempo e a análise meteorológica
562 ambiental; Que o curso tem duração de quatro anos e que a meteorologia é física aplicada ao
563 fluido ar, portanto, precisa da matemática, da física, da estatística e da computação, desde o início
564 da graduação; Que o título de meteorologista é o único com a competência legal para prever o
565 tempo, isso implica em vaga obrigatória deste profissional na execução desta atividade,
566 assegurada pelo Crea/ Confea por Lei Federal.

567 A apresentação está disponível no Google Drive:

568 (https://drive.google.com/drive/folders/13lhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

569
570 **9. MINUTA DE ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO SOBRE AQUICULTURA**
571 **(ITEM 7 DO PLANO DE TRABALHO)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

572 O Coordenador da CCEAGRO explicou que essa foi uma reação, mas também uma
573 resposta a uma ação muito forte do Conselho Federal de Medicina Veterinária, aonde chegou ao
574 ponto de autuar os engenheiros de pesca e engenheiros agrônomos que operam com aquicultura.
575 Então se estabeleceu algumas estratégias e essa discussão é uma delas. Já houve uma reunião com
576 o Conselho Federal de Medicina Veterinária onde ficaram de rever a situação, mas mesmo em
577 quatro meses ainda os profissionais continuaram a ser autuados. Também alguns regionais
578 conversaram, Piauí e DF foram exemplos. Uma ação judicial já está pronta, faltando apenas
579 assinatura do presidente do Confea, essa ação judicial foi elaborada com base e fundamentação
580 técnica passada pelo Presidente da Federação dos Engenheiros de Pesca. E agora uma minuta de
581 Resolução porque o Conselho de Veterinária está registrando o estabelecimento de produção de
582 pescados, e quando eles cobram o registro exigem que tenha que ser um médico veterinário. O
583 objetivo principal é ter um normativo em que os estabelecimentos de produção de pescados
584 sintam-se confortáveis em está registrado no Conselho de Engenharia e Agronomia. Sendo
585 aprovado aqui na CCEAGRO, irá como proposta ao Plenário do Confea para definição final. As
586 CEAgros de Minas Gerais e Rio Grande do Norte apresentaram sugestões.

587 Sr. Eliseu fez uma apresentação geral sobre o a minuta de anteprojeto de resolução sobre
588 aquicultura.

589 A proposta de minuta de resolução dispõe sobre anotação de responsabilidade técnica e
590 registro de empresas, produtores e profissionais que atuam na área de aquicultura, realizando
591 reprodução, produção, melhoramento genético e comércio de organismos aquáticos. A
592 justificativa se dá pela falta de resoluções específicas para cadastro de estabelecimentos e
593 responsáveis técnicos que realizam atividades profissionais ligadas ao Sistema Confea/Crea
594 facilitam que outros Conselhos que realizam atividades sombreadas criem resoluções específicas
595 para áreas de diversas profissões, se apresentando, desta forma, como o único conselho que tem a
596 prerrogativa de registrar o estabelecimento e seu respectivo responsável técnico que realizam
597 reprodução, produção, melhoramento genético e comércio de organismos aquáticos, gerando
598 desinformações para os proprietários desses estabelecimentos.

599
600 **10. SITUAÇÃO DOS PROJETOS DE LEIS PRIORITÁRIOS QUE ENVOLVEM OS**
601 **PROFISSIONAIS DO GRUPO AGRONOMIA (ITEM 5 DO PLANO DE TRABALHO)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

602 O Conselheiro Cid, Coordenador Adjunto disponibilizou no Google Drive o
603 acompanhamento dos projetos de lei.

604 (https://drive.google.com/drive/folders/13lhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

605 **11. ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS (ITEM 4 DO PLANO DE TRABALHO)**

606 **11.1. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL (item 6 do Plano de Trabalho)**

607 **11.1.1. Prêmio Ana Maria Primavesi**

608 Os coordenadores decidiram que os critérios para a premiação devem ser definidos
609 conforme discutido na SOEA. O assunto deve ser pauta da próxima reunião CCEAGRO.

610 **11.2. ASSUNTOS PONTUAIS EMERGENCIAIS (item 7 do plano de trabalho):**

611 **Palestrante: Kleber Fidelis – Assessor Crea/GO - Livro de Ordem**

612 O palestrante explicou o que é o livro de ordem a luz da Resolução nº 1094/2017, a
613 importância e os benefícios para a valorização da atividade profissional, expôs os dados do Estado
614 de Goiás e o que deve ser informado no livro de ordem. Especificou quem deve preencher o livro
615 de ordem eletrônico, as penalidades que podem ser aplicadas e disponibilizou o link
616 <http://www.creago.org.br/index.php/extras/2018-06-26-16-42-04> que especifica todas as práticas
617 para sobre o livro de ordem.

618 A apresentação está disponível no Google Drive

619 (https://drive.google.com/drive/folders/13lhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

620 **11.2.1. Comentários:**

621 O Coordenador da CCEAGRO, os livros de ordem são para serviços rotineiros que
622 demandam de acompanhamento técnico, não é o caso de serviços pontuais. A CEAgro DF
623 aprovou uma decisão que é para registrar o acompanhamento da efetiva assistência técnica, os
624 serviços rotineiros agrônômicos, a exemplo de manutenção de parques e jardins, aviação agrícola,
625 recuperação de áreas degradadas, viveiro de produção de mudas e campo de produção de
626 sementes.

627 Fernando Bauer, CEAgro SC, o Crea SC definiu que livro de ordem somente para a área
628 da engenharia rural.

629 Daniel Salati, Conselheiro Federal, o Confea tem também um programa parecido com o do
630 Crea GO. Que na agronomia é a primeira vez em que se fala no livro de ordem e esclareceu que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

632 este nasceu em São Paulo e foi uma maneira de ajudar as associações de classe porque elas
633 vendiam os livros de ordem, e sempre teve uma resistência no Sistema. Estudando a história do
634 livro de ordem percebe-se que em alguns momentos usava-se em outros não. Então, chegou um
635 momento em que a fiscalização, as auditorias da CGU e TCU, fazendo um levantamento no
636 Confea verificaram o livro de ordem e viram que tendo um responsável técnico acompanhando
637 uma obra eles saberiam exatamente a situação da obra, se parada o porquê e o acompanhamento
638 verídico do andamento das obras. Então, resolveram exigir que o Confea instituisse o livro de
639 ordem. O Confea hoje atrelou o livro de ordem ao acervo técnico, então todos que tem interesse
640 em ter um determinado acervo técnico devem fazer o livro de ordem. Que acha importante a
641 adoção do livro de ordem porque o acervo técnico pode mostrar aos órgãos oficiais como o
642 trabalho é feito e como ele precisa realmente da participação de um técnico. Que os Creas ainda
643 não aderiram positivamente à adoção do livro de ordem por resistência dos profissionais.

644
645 **11.3. CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO: Felipe Augusto Pascoalini – Gerente da**
646 **GCO/Confea:**

647 O palestrante fez um relato sobre a Campanha: ART 2ª Fase Agronomia. A campanha tem
648 o objetivo de “defender a importância da contratação de agrônomos devidamente registrados e
649 com a ART. As peças demonstram que seja na plantação, na colheita, no cultivo ou na criação de
650 animais, um agrônomo garante a qualidade dos negócios no campo e a efetividade da produção.”
651 O foco da campanha são as praças onde a agricultura e pecuária são mais desenvolvidas. “Neste
652 plano foi contemplado TV fechada, anúncio em revista de bordo, outdoor nas capitais e em praças
653 estratégicas para a agronomia e um projeto especial de internet no Gazeta do Povo – Expedição
654 Safra.”

655 A apresentação está disponível no Google Drive:
656 (https://drive.google.com/drive/folders/13lhQHNYqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

657 **11.3.1 – Comentários:**

658 O Coordenador da CEAgro comentou que finalmente há uma divulgação, que fiscalização
659 também é isso. O produtor, o público não sabem a necessidade e a importância de um profissional
660 dessa área. Registra o agradecimento ao Presidente Joel Krüger pelo apoio à CCEAGRO. Que já
661 foi feita uma campanha sobre segurança alimentar, onde foram divulgados nas rádios Bandnews e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

662 CBN em horários em que as pessoas estão indo ao trabalho e agora se pretende voltar com uma
663 outra campanha também de rádio, onde dois temas importantes serão abordados: a questão da
664 produção florestal e aquicultura e pesca. Deve-se atentar que os órgãos de controle cobram que o
665 Conselho deve visar o interesse público e não corporativo, então não se pode falar a profissão e
666 sim a área de atuação.

667 José Fernandes, Ceagro BA perguntou se tem previsão de repasse da matéria para os Creas
668 propagarem. Acha interessando pensar em produção de materiais histórico sobre as profissões,
669 mostrar a importância e os desafios que as profissões enfrentam e realizam no contexto do
670 exercício profissional. O Palestrante respondeu que tudo esta disponibilizado no Confea através de
671 um Google Drive, que o Crea BA tem uma comunicação eficiente e se tiver recurso e quiser
672 disponibilizar a campanha não há problema.

673

674 **12. QUALIDADE NO ENSINO (ITEM 2 DO PLANO DE TRABALHO)**

675 **12.1. Palestrante: Conselheiro Federal Daniel Salati**

676 O palestrante abordou a Resolução nº 1.073/2016 que regulamenta a atribuição de títulos,
677 atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no
678 Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da
679 Engenharia e da Agronomia. Comentou sobre ART nacional ou ART única, o aumento dos cursos
680 de agronomia e a qualidade do ensino, sobre o Conselho Federal de Biologia (sementes e ordem
681 geral), Conselho de Veterinária (caso dos engenheiros de pesca), a questão do
682 georreferenciamento, a fiscalização na área dos agrotóxicos e o registro de imóveis urbanos e
683 rurais. Discorreu sobre os empreendimentos agropecuários, produtos agropecuários, crédito rural,
684 certificado fitossanitário, silvicultura, parques e jardins e concluiu informando sobre estudos
685 ambientais, zootecnia e avaliações e perícias.

686 A apresentação está disponível no Google Drive:

687 (https://drive.google.com/drive/folders/13lhQHNyqdZC8mLV_bh1367qcprWS6Y0S)

688 **12.1.1. Comentários:**

689 Pedro Lessa, CEAgro SE, com relação à fiscalização, o Crea SE faz anualmente uma
690 previsão para o ano seguinte, e que no Estado há somente quatro fiscais para atuar em todas as
691 áreas, então não tem como exigir que se fizessem todas as fiscalizações. O palestrante disse que a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

692 responsabilidade de fiscalização é da câmara, então se devem chamar os fiscais, apresentar a
693 legislação e informar como se quer a fiscalização, que é um problema sério mas que tem que ser
694 enfrentado, o fiscal não pode decidir o que quer fiscalizar, a câmara deve impulsionar o seu
695 serviço e cobrar sua atuação.

696 José Patrício, CEAgro RS, a fiscalização é muito cobrada no sistema, os órgãos de controle
697 estão exigindo cada vez mais do Crea a fiscalização eficiente, mas quando se pede uma
698 contrapartida desses órgãos, eles se abstêm e colocam diversas dificuldades e julgam a imperícia
699 dos Creas. Em conversa com as promotoras do Ministério Público Federal, que são as que
700 lideram o Fórum de Combate ao Impacto dos Agrotóxicos pontualizamos a questão de que os
701 engenheiros agrônomos têm plena formação para diagnosticar e receitar agrotóxicos, os técnicos
702 agrícolas não têm formação para tal, então pedimos para elas analisarem a situação e apresentar
703 um posicionamento. Elas responderam que não poderiam, deram várias desculpas, alegaram o
704 posicionamento da sociedade em relação aos empregos dos técnicos. Que percebe verdadeiras
705 barbaridades que são encaminhadas ao Ministério Público, mas que não têm resultados efetivos.

706 Coordenador da CCEAGRO, agradeceu a presença e empenho do Conselheiro Federal
707 Daniel Salati nas causas da Agronomia e parabeniza pelo mandato de Conselheiro Federal.

708 **13. APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DA CCEAGRO (ITEM 8 DO PLANO DE** 709 **TRABALHO)**

710 **13.1.** Proposta de minuta de resolução que dispõe sobre Anotação de Responsabilidade
711 Técnica e Registro de Empresas, produtores e Profissionais que atuam na área de
712 aquicultura, realizando reprodução, produção, melhoramento genético e comércio de
713 organismos aquáticos. – Proposta aprovada por unanimidade.

714 **13.2.** Proposta de realização de Reunião Extraordinária de CCEAGRO no período de 26 a
715 28 de novembro de 2018, em Curitiba-PR, nas instalações do Crea-PR, para tratar de
716 assuntos que não foram esgotados durante as reuniões ordinárias – Proposta aprovada por
717 unanimidade.

718 **14. ENCERRAMENTO:**

719 Em finalização da reunião o Coordenador da CCEAGRO agradeceu e parabenizou o Crea
720 SP pela organização e disponibilidade de recursos à reunião e a todos os Coordenadores e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

721 colaboradores pela realização de mais uma reunião da Coordenadoria das Câmaras Especializadas
722 de Agronomia do Sistema Confea/Crea.

723

724

725

726

Brasília-DF, 21 de setembro de 2018.

727

728

729

Eng. Agr. Kleber Souza dos Santos
Coordenador Nacional CCEAGRO – 2018

730

731



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA

732 **Anexo 1 – Relatório Fotográfico da 3ª Reunião CCEAGRO**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA



733